



# Sinesp Jornal

Sindicato independente e de luta  
Filiado a: ANPAE, DIEESE, MOSAP, DIAP

Publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino  
Público Municipal de São Paulo Nº 222 / Junho de 2014



## PME atrasado

O Plano Municipal de Educação aguarda votação na Câmara Municipal há dois anos  
Leia na pág. 2

## PNE polêmico

Enfim aprovado na Câmara, o Plano Nacional de Educação aguarda a sanção presidencial

Leia na pág. 4

## Formação

SINESP mostra que a formação é uma de suas prioridades com o curso presencial "Formação de Formadores em Contextos de Trabalho" - Leia na pag. 5

## Reunião de RELTs

Representantes dos Locais de Trabalho do SINESP têm debate rico sobre as inúmeras demandas e lutas da categoria



Leia na pág. 6

# SINESP vai a Brasília pela aprovação da PEC 555/06

No dia 29 de maio foi realizado o Encontro das Entidades Nacionais, na Câmara dos Deputados, para dar visibilidade a esta causa e clamar por justiça - Leia na pág. 3



Representantes do SINESP no plenário da Câmara dos Deputados

## Última edição do encarte de legislação

O SINESP informa que o **encarte de legislação** que acompanha o jornal não será mais produzido a partir da edição 224, de agosto de 2014. O Sindicato investiu na atualização diária da legislação no site, para que os Gestores tenham acesso mais rápido e prático às publicações pertinentes.

O site do SINESP possibilita e facilita a impressão do conteúdo.

**Reunião do CREP**  
Conselho de Representantes do SINESP

Local: SINESP - Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar  
Data: 30 de junho de 2014, às 09h30  
Conselheiro, participe da organização e da ação do seu Sindicato!

## Expediente

Jornal do SINESP é uma publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. Responsabilidade da diretoria.

### Diretoria

#### Presidente

João Alberto Rodrigues de Souza

#### Vice-Presidente

Maria Benedita de Castro de Andrade

#### Secretário Geral

Luiz Carlos Ghilardi

#### Vice-Secretária Geral

Marisa Lage Albuquerque

#### Diretora de Administração Financeira

Eliana Mandarino Garcia Bonastre

#### Vice-Diretora de

#### Administração Financeira

Maria de Fátima Lordelo Lopes (Licenciada)

#### Diretora para Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados

Egle Prescher Iaconelli

#### Vice-Diretora p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados

Aparecida Benedita Teixeira

#### Diretora de Eventos Educacionais

Marilva Silva Gonçalves

#### Vice-Diretora de Eventos Educacionais

Neuza Maria Canile Hartman

#### Diretora Cultural

Alairse Vivi

#### Vice-Diretora Cultural

Rosana Capputi Borges

#### Diretora de Imprensa

Mariza Gomes da Gama e Silva

#### Vice-Diretor de Imprensa

Rui Ferreira da Silva Junior

#### Diretora de Políticas Sociais

Norma Lúcia Andrade dos Santos

#### Vice-Diretora de Políticas Sociais

Janete Silva de Oliveira

#### Diretora de Organização Sindical

Ana Maria Dünkler Bonalumi

#### Vice-Diretor de Organização Sindical

Marivaldo dos Santos Souza

#### Conselho Fiscal

Titulares: Mabel Skiet do Nascimento; Márcia Helena Gargiulo Krause; Maria Cristina Ribeiro

Suplentes: Lidice Neyde da Silva Astrini; Rosalina Rocha de Miranda; Arlete Marques Barbosa

### Produção

Redação, Edição, Diagramação: José Bergamini, Jornalista responsável - MTB 23.668

Redação, Revisão e Pesquisa: Mariza G. Gama e Silva, Aparecida B. Teixeira e Rui Ferreira da Silva Júnior

Impressão: Formacerta (3672 2727)

Tir.: 6.400 exemplares

### Endereço

Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro - São Paulo/SP - CEP 01047-010

E-Mail: sinesp@sinesp.org.br

Site: www.sinesp.org.br

### Fone/Fax

(11) 3255 9794

## Editorial

# Conversas do Governo Haddad...

O governo vem agindo como se tivesse feito grandes benefícios à Carreira do Magistério e aos Servidores Municipais.

Há que se lembrar do compromisso que o Prefeito assumiu quando da sua participação em uma reunião do SINP – Sistema de Negociação Permanente. Ele afirmou que os trabalhadores não sofreriam mais aumentos salariais de 0,1% e 0,01%. Com certeza, não se lembrou mais dessa afirmação, pois concedeu apenas 0,18% aos trabalhadores municipais em 2013.

Já estamos no mês de junho e, das propostas apresentadas pelo Fórum das Entidades nessa Campanha Salarial 2014, com data base de maio, nenhuma das reivindicações

foram atendidas. Está descumprindo a Constituição ao não conceder reajuste aos Servidores Municipais.

Na educação, no período de greve, a situação foi perversa. Tratou com “ferro e fogo”, truculência e autoritarismo, obrigando os Gestores Educacionais a fazer apontamentos dos dias parados pela categoria do magistério, desconsiderando as negociações que seriam firmadas posteriormente com o Movimento, provocando conflitos, desgastes e serviços desnecessários.

Nunca se viu nesse Município de São Paulo tamanha “força de mando”, sem consideração e diálogo.

Atitudes essas reproduzidas também em algumas Diretorias Regionais de Educação causando estresse, adoecimento e

insatisfação nos Profissionais de Educação.

A situação poderia ter sido resolvida sem nenhuma greve, se o governo Haddad e a Secretaria Municipal de Educação não fossem radicais em suas posições e tivessem dispostos realmente, a resolverem os problemas levantados pelos educadores e definido os percentuais, atendendo as reivindicações da Bancada Sindical, desde as primeiras negociações.

O Protocolo de Negociação, divulgado no site da SME, aponta intenções que deveriam ter sido concretizadas há muito tempo pelo governo. Podemos citar: a regulamentação das 2 referências; a concessão de intervalo de 15 minutos para os Profissionais de CEIs; o estabelecimento de uma política de gestão de pessoas que valorize realmente

os Servidores Municipais; a retomada do calendário de reuniões da Mesa Setorial de Educação em 60 dias; o aperfeiçoamento necessário para a implantação do Sistema de Gestão Pedagógica - SGP.

O Protocolo traz como positivo as definições dos percentuais da incorporação do abono complementar ao piso, sendo 5,54% em maio de 2015; 3,74 % em maio de 2016 e 5,39% em novembro de 2016, estabelecido pela Lei 16.008/2014.

Quanto aos critérios do PDE constantes no Protocolo, já estavam acordados anteriormente pelas Entidades na Mesa de Negociação.

Agir através de promessas e com lentidão tem sido a linha de conduta do governo para com todas as Entidades.



## Plano Municipal de Educação está na Câmara há quase dois anos

O Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, PNE, está mais que atrasado. Como ainda não foi transformado em Lei, há a possibilidade de incorporar as propostas oriundas das Plenárias Livres e da Conferência Municipal de Educação.

Várias tentativas já foram feitas para que se aplique o que foi decidido e votado pela sociedade civil organizada, poder público, sindicatos, movimentos e organizações sociais, estudantes e família.

Agora as ações a serem encaminhadas está a cargo da Câmara Municipal,

que tem a função de aprimorar o texto por meio do debate democrático e transformá-lo em lei, a ser cumprida por esta e pelas próximas gestões municipais.

O Plano de Educação tem que ser um Plano de Estado e não um Plano de Governo pois assim ele atuará contra a descontinuidade das políticas de plantão. Cabe a sociedade civil, participar desse processo e exercer o controle social para que o plano se efetive, vire realidade e contribua para a melhoria da educação da cidade.

## Sindicato em Ação

# SINESP na luta pela aprovação da PEC 555/06

Dia 29 de maio o SINESP compareceu em caravana ao Encontro das Entidades Nacionais, realizado na Câmara dos Deputados, para dar visibilidade a esta causa e clamar por justiça



Diretoria e filiados do SINESP no plenário da Câmara

A PEC 555/06 visa isentar da contribuição previdenciária os Aposentados e Pensionistas, sendo 20% ao ano, até atingir os 65 anos de idade, quando haverá a isenção total. Esse Encontro contou com a presença de vários Deputados Federais que se comprometeram em votar favoravelmente.

João Alberto, Presidente do SINESP, em sua fala ao plenário apontou a exclusão, o confisco e a grande perversidade cometidas com Aposentados e Pensionistas quando foi aprovada a Emenda Constitucional - 41/03, no governo Lula. Disse também, que hoje na Cidade de São Paulo, dirigida pelo PT, o governo Haddad está cometendo, historicamente, nesse Município o mesmo procedimento, pois as concessões em Lei de duas referências na evolução funcional foram somente para servidores em atividades, quebrando a isonomia da carreira. Ao final, considerou que a luta unificada nacionalmente poderá levar à vitória da aprovação da PEC 555/06.

Após essa ação das Entidades Nacionais,

o Presidente da Câmara Henrique Alves colocou a PEC 555 para votação em plenário na pauta do dia 02 de junho, mas foi retirada por pressão dos governos.

Diante disso, os representantes da Frente Nacional São Paulo e do MOSAP - Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas continuam em ação na Câmara, pois surgiu uma proposta de fazer a isenção elevando em mais 2 anos a contribuição previdenciária, até aos 67 anos de idade, através de uma Emenda de Plenário. O SINESP é contrário a essa nova proposta.

Os Aposentados e Pensionistas vêm sofrendo bitributação desde 2003. Também sofrem pela inércia da Câmara dos Deputados, que há quase 4 anos não encaminha o Relatório do Deputado Arnaldo Faria de Sá, já aprovado em Comissão, o qual coloca fim na contribuição aos 65 anos idade, o que tem sido motivo da luta da Frente Nacional São Paulo, da qual o SINESP é um dos coordenadores.

## Aposentado tem valor

Conheça a histórica defesa inalienável do SINESP nos últimos tempos

**PL 310/12** - Desde o final da gestão do governo Gilberto Kassab quando foi enviado à Câmara Municipal o Projeto de Lei - PL 310/2012, o SINESP lutou, bravamente, para incluir desde o momento que tramitou na Comissão de Constituição e Justiça até a votação final no plenário as suas propostas de Emendas. Para tal foi elaborado um Substitutivo, que teve a articulação fundamental do Vereador Eliseu Gabriel, obtendo o êxito necessário.

Na época, o governo Kassab não sancionou esse Projeto. Ele deixou para o seu sucessor, o atual Prefeito Fernando Haddad, que sanciona através da Lei 15.682, de 26/02/2013, somente a criação dos cargos de Assistentes de Diretores de Escola para os CEIs, vetando o enquadramento automático de Aposentados e Pensionistas e a inclusão das 3 formas, constantes em legislação anterior, para se atingir as referências na Evolução Funcional.

**PL 48/13** - Fernando Haddad optou no início de 2013, por retomar o texto inicial do PL 310/12 gerando o Projeto de Lei 48/2013, com todos os problemas que a Câmara já havia superado, em total desrespeito ao legislativo. Diante da reação dos educadores ele foi retirado,

pois não trazia benefícios para a categoria e continuava causando prejuízos aos Aposentados e Pensionistas.

**PL 646/13** - O Prefeito enviou então, em setembro de 2013, o PL 646, para acrescentar referências à Carreira do Magistério. Em discordância do texto o SINESP fez novamente propostas de Emendas para incluir Aposentados e Pensionistas nas últimas referências e para incluir as 3 formas para se atingir a Evolução Funcional.

As Emendas foram apresentadas pela Vereadora Edir Salles e infelizmente, rejeitadas pela maioria dos Vereadores. Em decorrência disso foi sancionada a Lei 15.963/14, que não inclui nas referências 23 e 24 os Aposentados e Pensionistas e considera para a Evolução Funcional nessas referências o requisito tempo e títulos.

**PL 235/14** - O Substitutivo ao PL 235/14, do próprio Executivo, que trata da incorporação de abono complementar ao piso e gerou a Lei 16.008/2014, também teve propostas do SINESP apresentadas pela Vereadora Edir Salles, para definir o percentual do piso e para incluir os Aposentados e Pensionistas nas referências 23 e 24 especificadas nesse PL. Embora com apoio de Vereadores elas são novamente rejeitadas pela maioria na votação. Foram mantidos pelo legislativo a exclusão de Aposentados e Pensionistas e a quebra da carreira ao não garantir a isonomia prevista na Constituição.

## Sempre atento e cuidadoso

O SINESP sempre efetuou uma ação consistente com os seus Conselheiros e a Comissão de Aposentados junto aos Vereadores, com o objetivo de mostrar a importância e a relevância dos Aposentados.

Porém, diante da adoção de uma política de exclusão e com maioria de aliados no legislativo, o governo Haddad vem, seguidamente, desconsiderando e prejudicando perversamente os Aposentados e, conse-

quentemente a Carreira do Magistério.

A regulamentação das duas referências criadas na Evolução Funcional, ainda deverá ser motivo debates.

O Jurídico do SINESP efetuou diversos estudos para compor a defesa.

O SINESP sempre agirá, mesmo que solitário em suas posições, na defesa dos Aposentados pelo reconhecimento à história profissional de cada um.

## Educação Pública de Qualidade

# PNE traz avanços ou retrocessos?

Depois de três anos e meio de intensas polêmicas, idas e vindas entre Câmara e Senado, o texto do **Plano Nacional de Educação (PNE)**, que estabelece vinte metas e mais de 200 estratégias para o setor no Brasil nos próximos dez anos, foi aprovado no dia 03/06/14 na Câmara Federal. O Projeto de Lei segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff

O Plano Nacional de Educação aprovado pelos Deputados deveria ter entrado em vigor em 2011, como manda a Constituição. Contudo, o Executivo federal só entregou o projeto para o Congresso em dezembro de 2010. Desde então, ficou parado devido à falta de consenso sobre pontos como investimento em educação e metas de desempenho do ensino.

Assim que o Projeto de Lei for sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, Estados e Municípios terão prazo de um ano para elaborar ou readequar seus respectivos planos de educação, tendo como base o texto federal.

As metas serão monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia do MEC responsável pela produção dos indicadores educacionais. A cada dois anos, a instituição deverá publicar um relatório com um balanço dos avanços.

O plano conta com metas que devem ser executadas por União, Estados e Municípios, da Creche até a pós-graduação. Ainda, não prevê medidas punitivas para os dirigentes que não cumpri-las.

Logo, como não tem caráter coercitivo, dependerá de permanentes “ventos favoráveis” para ser concretizado.

## Aspectos polêmicos do PNE

O PNE estipula novas metas de financiamento para os próximos dez anos, com o objetivo de melhorar os índices educacionais brasileiros. A principal inovação da proposta em relação ao plano anterior, cuja execução acabou em 2010, é a aplicação de um mínimo de recursos públicos equivalentes a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

O plano prevê o alcance dessa meta em duas etapas: um mínimo de 7% do PIB no quinto ano de vigência da futura lei; e 10% do PIB ao fim do período de dez anos. Isso significa quase quatro pontos percentuais além dos 6,4% hoje destinados à área.

Contudo, desconsiderou as defesas de que o dinheiro público deve ser destinado unicamente para escolas públicas, uma vez que esses recursos também serão utilizados para financiar a educação infantil em creches e pré-escolas conveniadas; a educação especial; e programas como o de acesso nacional ao ensino técnico e emprego (Pronatec), o de bolsas em faculdades privadas (Universidade para Todos – ProUni), o de financiamento estudantil (Fies) e o de bolsas para estudo no exterior (Ciência sem Fronteiras).

O segundo ponto de polêmica gira em torno do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). De acordo com o texto votado, o CAQ deve servir de parâmetro para o financiamento da educação básica, partindo do cálculo dos gastos educacionais, que incluem jornada escolar, número de estudantes por turma, salários de professores, manutenção e construção de escolas e custos

de material escolar, alimentação e transporte. Os Municípios e Estados que não atingirem o valor mínimo por aluno receberão complementação do governo federal.

Atualmente, o governo federal complementa os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que garante o investimento de um valor

mínimo por aluno em todos os municípios. Em 2013, o gasto foi de R\$2.022,51 reais por estudante. Não se estabeleceu, todavia, o valor inicial do CAQ.

Um outro aspecto polêmico refere-se ao estabelecimento de uma ação educativa contra todas as formas de discriminação OPNE na versão original chamava atenção

para o combate à discriminação e enfatizava raça, gênero e orientação sexual. Todos que trabalham com Educação sabem que esses são os pontos de maior desafio em ambiente educacional e o que provoca mais bullying.

Porém, setores conservadores, dizendo que não se pode tratar de questões de gênero e orientação sexual em casos assim, levaram o

Senado a modificar o plano constando que não se deve permitir a discriminação, mas de modo geral. O Brasil está vivendo um “tsunami conservador”. Não foi raro ver padres e pastores nas galerias destilando ódio à homossexualidade. Isso é desrespeitoso aos direitos humanos. Esse “tsunami conservador” vitorioso coloca em risco os direitos individuais, instituindo uma visão geral com cunho muito mais religioso do que laico.

Por fim, a Gestão Democrática nas escolas. O SINESP teve atuação especial junto ao relator do PNE, Deputado Ângelo Vanhoni. Defendeu intransigentemente que a eleição para Diretor de Escola não fosse a única forma de provimento para o cargo e para que os entes da federação tivessem autonomia para definir seus planos de Carreiras do Magistério. No texto aprovado, a nomeação dos Diretores de Escola terá critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da Comunidade Escolar.

### Algumas metas aprovadas

**Educação infantil:** Universalizar a Educação infantil na Pré-Escola para as crianças de quatro a cinco anos até 2016. Ampliar a oferta em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o prazo final do PNE.

**Ensino Fundamental:** Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

**Ensino médio:** Garantir a matrícula de pelo menos 85% dos Alunos entre 15 a 17 anos.

**Educação integral:** Oferecer em, no mínimo, 50% das Escolas Públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos Alunos da Educação Básica.

**Alfabetização:** Elevar a taxa da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o fim da vigência do PNE, erradicar o Analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa do funcional.

**Professores:** Formar 50% dos Docentes que atuam na Educação Básica em cursos de pós-graduação e garantir que os profissionais tenham acesso à formação continuada.

**Salário:** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com Escolaridade equivalente, até o fim do sexto ano de vigência do PNE.

**Plano de carreira:** Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e superior pública de todos os sistemas de Ensino e, para os profissionais da Educação Básica Pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional.

**Formação e organização**

# SINESP investe em formação com curso presencial

“Formação de Formadores em Contextos de Trabalho” foi o curso oferecido pelo SINESP com os Professores Emília Cipriano Sanches e Cláudio de Castro Sanches

O curso teve ótima avaliação. Os professores, em suas abordagens, partiram de sensibilizações junto ao grupo, de depoimentos sobre as ações que estão sendo realizadas na vida pessoal, na escola e na sociedade, o que propiciou uma grande reflexão sobre as práticas escolhidas. Foi um grande exercício de construir com o outro.



Participantes durante o curso



Fotos: Diretoria do SINESP



Os Professores Cláudio (ao lado) e Emília

“O curso reúne um número grande de situações que atendem aos anseios dos Gestores. Ele atendeu as minhas expectativas, metodologicamente, os procedimentos adotados pelos palestrantes fo-



ram pautados na ética e tecnicamente adequados aos exemplos apresentados. Um quadro teórico referente ao problema para qual se busca solução se fez presente nos encontros. Cabe destacar aqui a importância do cuidado com a inter-relação do grupo, com saberes diferenciados e a construção, em conjunto, num esforço dialógico, permitindo pensar, enfrentar e rever nossa trajetória, observando as práticas, posturas, o todo e as partes. Esse curso favoreceu muito as trocas e discussões. Foram exercícios interessantes, frente ao todo e as partes apresentadas com suas fragilidades e potencialidades, já que trilhar novos caminhos nos permite compreender ‘desconstruir construindo’ o todo e cada uma de suas partes. Enfim, entre sorrisos fomos desafiados a aprender a ser, a olhar com olhos de ver, a educar, a compartilhar, a gestar e vencer as nossas próprias limitações.”

Marcia Marques dos Santos - Supervisora Escolar, na DRE Itaquera

## Veja os depoimentos de quem participou.

“Cursos sempre nutrem a partir da(s) perspectiva(s) do nosso olhar; uns mais e outros menos; este mais, pois possibilitará uma reflexão sobre a minha missão enquanto Gestora, como aprender a ser no profissional, no pessoal através da relação construtiva e transformadora com o outro.”

Márcia Esteves Diab -  
Diretora do CEI Jardim  
República, DRE Capela  
do Socorro



“O curso ‘Formação de Formadores em Contexto de Trabalho’ foi muito além das minhas expectativas. Não é apenas mais um curso. Os formadores Emília Cipriano Sanches e Claudio Castro Sanches contagiaram, empolgaram, envolveram, acolheram todos os participantes de forma significativa e propositiva. As reflexões propostas estão para todo sempre dentro de cada um de nós. Obrigada SINESP!!!”

Selma Setsuko Kanda - Coordenadora Pedagógica da EMEF Arthur Alvim, DRE Penha



## II Fórum contra Medicalização na Educação

Foi realizado na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 09 de junho, o Seminário “Desmedicalizando a vida: interfaces educação e saúde”, iniciativa do Vereador Eliseu Gabriel

O SINESP participou do evento através de seu Dirigente Sindical Rui Ferreira Júnior. O Fórum reuniu especialistas da área da saúde para discutir o uso indiscriminado de remédios na sociedade.

Para a organização do Fórum, entende-se por medicalização o processo em que questões da vida social são atribuídas somente a um problema de saúde, sendo excluídas de seu contexto multifatorial, dos determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais marcados pela cultura. O SINESP parabeniza o Vereador, pois considera importantes os assuntos trazidos ao debate.



## Organização da categoria

# RELTs debatem demandas dos Gestores

A reunião do dia seis de junho teve discussão das demandas sindicais e palestra da Prof<sup>a</sup> Dra Emília Cipriano Sanches

O Presidente do SINESP, João Alberto Rodrigues de Souza, elencou conquistas importantes para os filiados.

Autorização publicada no DOC 08/05/2014, a partir do encaminhamento à SME de Ofício do SINESP solicitando a realização de concurso de acesso para Diretor de Escola e Supervisor Escolar, tendo em vista que o número de vagas em aberto já superava o percentual necessário apontado na Lei 14.660/2007, art. 9º. - “Os concursos de acesso e de ingresso para os cargos da Carreira do Magistério Municipal serão realizados, obrigatoriamente, quando: I - o percentual dos cargos vagos atingir 5% (cinco por cento) do total de cargos da classe; II - não houver concursados excedentes do concurso anterior para a carreira, com prazo de validade em vigor”. A prática do SINESP quanto à organização de um Ciclo de Palestras preparatório para o Concurso, assim que tiver acesso à indicação bibliográfica, será mantida.

Através do Ofício encaminhado a SME, foi exigida alteração no texto orientador do SGP para que o Coordenador Pedagógico exerça suas funções e atribuições, pois a “opção docência” estava registrada ilegalmente, uma vez que não é de sua competência. Ainda existem outros problemas no SGP. Foi criado no SINESP um Grupo de Trabalho com a participação dos Conselheiros, para auxiliar na elaboração de uma pesquisa a fim de analisar os resultados da implantação desse Sistema nas Unidades Educacionais e, conseqüentemente, propor alterações.

## Outros temas importantes para a categoria:

**Campanha Salarial de 2014** - O governo não apresentou proposta de reajuste geral e, ainda, solicitou que as próprias Entidades definissem onde fazer cortes. E interrompeu as reuniões de negociação na Mesa Central de Negociação, prejudicando os Servidores Municipais. O SINESP luta pela revisão da Lei Salarial para alterar o limite de 40 para 60% dos gastos com o funcionalismo, conforme aponta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Atuação do SINESP** - Teve posição clara de não adesão à greve, decidida nas três Assembleias. Os Gestores Educacionais tiveram 7 encontros ao todo, considerando as Reuniões de RELTs, CREPs e o Fórum Sindical. Ainda assim, o SINESP teve ações efetivas, entre elas:

- A atuação do Setor Jurídico que auxiliou e defendeu os filiados independentemente da posição de greve ou não greve diante do Movimento;
- Denunciou os absurdos e autoritarismos cometidos por SME e DREs;
- Esteve em reuniões com o Secretário de Educação para defender o direito legítimo de greve;
- Conversou com os Assessores Técnicos de Planejamento e Assessorias da SME sobre esse direito garantido pela Constituição.

**PDE** - Os critérios da pontuação das ausências/licenças já estavam definidos, anteriormente ao protocolo, e a primeira parcela encontra-se



Cidinha e João Alberto, da Diretoria do SINESP, conduziram a reunião

lançada no SIGPEC para o mês de Junho.

**Dia da Família na Escola** – Desde o início do ano o SINESP mostrou para a SME as divergências de interpretação e fazeres das regiões, no apontamento do dia de trabalho ao sábado. Na visão do governo o trabalho ao sábado se refere à reposição dos dias de outubro, quando na verdade a Portaria define o período de outubro como recesso escolar onde não cabe reposição. Estamos no aguardo do pronunciamento oficial da SME sobre os procedimentos a serem utilizados no apontamento para unificação da forma de pagamento.

**Evolução Funcional** – A minuta do Decreto apresentada pelo Governo para regulamentação das duas referências da Evolução Funcional contém arbitrariedades nos novos critérios. Eles exigem, na maioria, títulos acadêmicos em detrimento das participações na Unidade, as quais são reconhecidas e incentivadas

para as referências até o QPE 22. O SINESP foi enfático ao apontar sua preocupação com a pontuação que estará prevista para os Gestores. Os Programas do Governo só prevêem pontuação para os Professores na regência dos projetos, e absurdamente, não é extensiva à coordenação, acompanhamento e supervisão, ou seja, Diretor, Coordenador e Supervisor.

**Calendário do CEI** - Apenas parte do Calendário dos CEIs foi resolvida, uma vez que a diferença da quantidade de dias do recesso frente à outras modalidades de ensino, ainda permanece.

**Lei 15.963, de 15 de janeiro de 2014, sobre as duas referências** - O SINESP aponta que são vagas as promessas de que as despesas que poderão ser consideradas no cômputo do percentual da receita destinada à Educação, não provocarão perdas de direitos e ou vantagens no pagamento para Aposentados e Pensionistas.

**Portaria SME 3.274/14, que trata da reposição**

## Palestra com a Prof<sup>a</sup> Dra Emília Cipriano Sanches

Iniciou sua fala fazendo uma analogia entre o poema do livro “No meio da Rua”, de Nei Duclós e o contexto atual da sociedade. Destacou a importância do exercício de olhar a diversidade e a desigualdade que nos cercam, mas não para o enfrentamento e sim, para a compreensão do outro.

Falou também da importância do trabalho nas 3 dimensões do humano: estética, ética, e política, sendo que nessa, a sensação que se tem é que a cidadania

perdeu a sua representação.

Fez menção a publicações da mídia e a cliques que desqualificam a educação pública e golpeiam a maior categoria brasileira, anunciando apenas o que não está dando certo “Isso é um ataque explícito de grupos corporativos de ensino, que atuam em muitos municípios. Estão crescendo consideravelmente e merecem uma grande reação por parte dos educadores”, disse ela.

Disse que a escola pede mudanças através de alunos, pais, professores, gestores, pois a

insatisfação do grupo social é grande. Hoje, os únicos espaços que os seres humanos têm para trocar experiências são as escolas. Por esse motivo os Gestores devem pensar estrategicamente. É necessário que se situem como pessoas com sonhos, que descubram a sua missão, visão, valores, crenças e paradigmas. Da mesma forma devem fazer os demais que atuam no espaço escolar. Assim, a escola terá condições de construir seus próprios indicadores.

A Prof<sup>a</sup> Emília citou a importância da pesquisa “Retrato da Rede”, realizada pelo SINESP junto

**Organização para a luta**

# SINESP secretaria XV Fórum Nacional de Entidades de Especialistas de Educação

Foto: Diretoria do SINESP



Participantes do Fórum

•O estorno das faltas está garantido, porém não há previsão de quando.

•Há abertura no artigo 3º que define “na ordem”, através do art. 4º que dispõe sobre excepcionalidade.

•A reposição para o Gestor que participou do movimento de paralisação poderá ser feita em horas, nos dias destinados ao recesso escolar, em obediência ao art. 3º.

•Sobre o Artigo 11, que determina que a Unidade Educacional deva se organizar de modo a assegurar, pelo menos, um profissional da Equipe Gestora nos dias em que houver reposição de aulas, foi encaminhado Ofício à SME solicitando Audiência com o Secretário de Educação, que será no dia 11 de junho.

•Os Gestores Educacionais convocados para trabalharem aos sábados e durante recesso terão direito a folgas.

**Aposentadoria Especial para os Gestores Readaptados** - O expediente está retornando da SME para a Secretaria de Negócios Jurídicos. O SINESP, através de seu Departamento Jurídico está preparando outra defesa, pois o entendimento é de que os Readaptados têm direito à Aposentadoria Especial.

**PL 235/2014, Protocolo divulgado pelo governo, PEC 555/06 e Plano Nacional de Educação** - Veja matérias específicas nesse jornal nas páginas 2, 3 e 4.

**O XV Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Especialistas de Educação foi realizado em Brasília, no Conselho Nacional de Educação, nos dias 19, 20 e 21 de maio**

O SINESP foi o responsável pela organização da reunião, pela ata e encaminhamentos das decisões. Estiveram presente no XV Fórum as Entidades: SINESP e APASE (São Paulo), ASESC e AOESC (Santa Catarina), ASSERS (Rio Grande do Sul), ACSE (Mato Grosso do Sul) e SIDESPE/AMISPE (Minas Gerais).

Na reunião, os representantes das Entidades relataram os acontecimentos em seus Estados e as atividades desenvolvidas. O objetivo dessa troca é criar um panorama do que acontece na educação em todo o país, identificar as tendências e definir ações.

Um dos pontos que mereceu destaque no debate foi a formatação das Carreiras do Magistério. Verificou-se que há grande disparidade entre os Estados. O SINESP apresentou o modelo de São Paulo, único Município que tem carreira única com concurso para todos os cargos. Também informou sobre a Campanha Salarial deste ano e da política da prefeitura, de conceder gratificação não incorporada ao salário, e da luta do SINESP pela incorporação. E por último apresentou a pesquisa “Retrato da Rede” e o ISEM - Índice SINESP do Ensino Municipal.

**Palestra sobre análise de conjuntura**

O convidado João Guilherme Vargas Neto discorreu sobre a conjuntura para o movimento sindical.

Falou sobre o sindicalismo no mundo, no Brasil e no funcionalismo público. Ressaltou que não existe uma padronização de sindicatos no setor público.

Com relação à categoria dos Especialistas de Educação, ressaltou a importância do conhecimento entre as entidades que representam a categoria, que podem trabalhar juntas. O resultado dos debates gerou a Carta do Fórum, que pode ser lida no site do SINESP.

aos seus filiados. Nela há dados muito relevantes da realidade local a serem considerados e a tem utilizado nos eventos dos quais participa.

Ela finalizou dizendo que o ser humano é trino em sua estrutura – sentimento, pensamento e ação e necessita de afeto, de valorização de sua participação, de solidariedade, de construção de parcerias, de respeito, de direitos efetivos de ser escutado e de poder acreditar na possibilidade da troca.

Deixou para reflexão a pergunta: Qual é o compromisso ético com o seu aluno e com a sua sociedade?

**Eventos & Serviços****Passeio a Monte Sião e Pedreira**

Dia 31 de julho de 2014



Visita à cidade Sul-Mineira, conhecida como “Capital Nacional do Tricot”, famosa pela grande quantidade de Malharias, que possuem suas Lojas de Fábrica instaladas no Centro da Cidade.

Conheceremos também Pedreira, cidade do interior paulista que abriga um variado Comércio de louças, porcelanas, vidraria, artigos em gesso e madeira, com visita ao Center Louças Pedreira.

**Ponto de encontro:** Avenida São Luís, 234, Centro, em frente ao Hotel Boulevard

**Horário de saída:** 6h00

**Horário de chegada:** 20h00.

**Inclusos:** Transporte, serviço de bordo, guia credenciado, almoço e seguro viagem.

**Não inclusos:** Bebidas consumidas na refeição

**Preço por Pessoa:** R\$ 190,00 a vista ou em até 2 x sem juros.

**Forma de Pagamento:** Dinheiro, Cheque, Cartão Master ou Visa.

**Inscrições e pagamentos:** Plantão dia 15 de julho, das 10h00 às 13h00, e 16 de Julho das 14h00 às 17h00.

**Palestra e Vivência sobre Danças Circulares****Relacionando a História dos Povos e Qualidade de Vida com o Aprendizado do Dançar**

As Danças Circulares compõem um movimento contemporâneo que teve seu início em meados da década de 70, chegando ao Brasil na década de 80 tendo maior propagação no início do novo milênio. A princípio se relacionando com a Dança Folclórica dos Povos, seus costumes e formas de ver o mundo, ganhou elementos da contemporaneidade com novas coreografias e um olhar de integração fisio-sócio-psíquica, explorando uma melhoria na qualidade de vida e lazer, assim como uma nova possibilidade de entrar em contato com o aprendizado do dançar.

Conhecer um pouco mais como tais saberes se inter-relacionam é a proposta desta Palestra e Vivência promovida pelo SINESP, que há 10 anos

vem apostando nesta atividade de ponta, hoje tão disseminada nas áreas de saúde, educação e lazer.

**Palestrante:** Vaneri de Oliveira – Psicóloga e Especialista em Cinesiologia Psicológica e Integração Físio-Psíquica pelo Sedes Sapientiae, Dança e Consciência Corporal, Professora, Coreógrafa de eventos artísticos e Arte Educadora, com experiência em treinamento de pessoal. Desenvolve oficinas de Danças Circulares Sagradas desde 1998, por diversos estados brasileiros, passando por instituições diversas.

**Local:** Auditório do SINESP - Praça Dom José Gaspar, nº 30 - 3º andar

**Dia:** 28 de agosto de 2014

**Horário:** das 14h00 às 16h00

**Evento gratuito para os filiados e convidados**  
**Inscrições de 18 a 22 de Agosto de 2014, das 10h00 às 17h00, com Thamiris, pelo telefone 3255-9794**

**PARA USO DOS CORREIOS**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                    | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                                | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                    | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                       |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                    |  |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou Síndico |  |

REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO POSTAL EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

RESPONSÁVEL \_\_\_\_\_

**SINESP - SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Praça Dom José Gaspar, 30, 3º andar - CEP 01047-010 - fone: 3255 9794  
Site: www.sinesp.org.br Filiados na visita organizada pelo SINESP E-mail - sinesp@sinesp.org.br

Mala Direta Postal  
**Básica**

9912318780-DR/SPM  
**SINESP**

...CORREIOS...